

DAIANE SOUZA

FORMAÇÃO

Graduada em Direito pela Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, Pós-Graduada em Direito Tributário pela Universidade do Sul de Santa Catarina e Discente do Curso de Pós-Graduação em Gestão Estratégica no Poder Judiciário de Santa Catarina da Academia Judicial-CEJUR

HISTÓRICO PROFISSIONAL

Inicialmente exerceu a advocacia e no ano de 2011 iniciou suas atividades do Tribunal de Justiça sendo nomeada como técnica judiciária auxiliar na Comarca de Curitiba. No mesmo ano foi nomeada como oficial de justiça avaliadora na Comarca de Lages exercendo, atualmente, a função de Coordenadora da Central de Mandados.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Curso de Capacitação sobre Plantão Judicial – 1ª Edição, CEJUR, 2018;

Curso de Integração Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – 1ª Edição, CEJUR, 2018;

Curso de Avaliação de Bens e Imóveis – 5ª Edição, CEJUR, 2017;

Avaliação de Desempenho: Procedimentos e Feedback – 2ª Edição, CEJUR, 2016;

Curso de Aperfeiçoamento Sobre o Novo Código de Processo Civil, UNIPLAC, 2016;

Língua Portuguesa: Tópicos Gramaticais – 3ª Edição, CEJUR, 2016;

Novo Código de Processo Civil – Destaques das Principais Novidades, CERS Corporativo, 2016;

PLANO DE AÇÃO

As principais linhas do plano de ação estão em conformidade com a resolução 194, de 26 de maio de 2014 do Conselho Nacional de Justiça e consistem em promover estudos sobre as causas e consequências do represamento das demandas em primeiro grau; fomentar a formação e qualificação de servidores; promover planos de incentivo à comunicação interna e ao diálogo institucional; propor ações para uniformizar a infraestrutura das comarcas; fomentar medidas para a racionalização das demandas

judiciais.

O objetivo do Comitê Gestor Regional é promover políticas de priorização da justiça de primeiro grau e com a experiência e conhecimentos adquiridos durante minha trajetória no Poder Judiciário Catarinense tenho, seguramente, as qualificações necessárias para representar a classe de servidores junto ao Comitê visando melhorar os processos de trabalho e a qualidade das atividades prestadas aos jurisdicionados.